

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.536.907 - SP (2019/0196431-1)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE : **UNIMED SJRPRETO COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO**
ADVOGADO : **FREDERICO JURADO FLEURY E OUTRO(S) - SP158997**
AGRAVADO : **J B S**
ADVOGADO : **MARCELO VARGAS CAMPOS - SP335295**

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por UNIMED SÃO JOSÉ DO RIO PRETO COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO contra decisão que inadmitiu recurso especial. O apelo extremo, com fundamento no artigo 105, III, "a", da Constituição Federal, insurge-se contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado:

"AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM DANOS MORAIS COM PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA. Plano de saúde. Necessidade de tratamento em clínica especializada para dependência química. Caso que deve ser analisado individualmente. Perícia que, embora entenda que os locais apresentados pela ré pudessem tratar do problema da autora, admite que o local especializado tem melhor atendimento e pode ser mais eficaz. Internação em hospital psiquiátrico que pode ser nocivo à saúde da autora. Relatório médico que comprova o sucesso do tratamento em local apropriado. Sentença que merece parcial modificação. Danos morais inexistentes. Sucumbência a cargo da ré ex vi ao princípio da causalidade. Recurso parcialmente provido" (fl. 495 e-STJ).

Em suas razões, a agravante apontou violação dos arts. 489, § 1º, IV, e 1.022, II, do Código de Processo Civil de 2015.

Sustentou, em síntese, que houve negativa de prestação jurisdicional, pois, apesar da oposição de embargos declaratórios, a Corte estadual omitiu-se quanto às seguintes questões:

"(...)

a) o contrato sub judice, na forma permissiva do art. 16, X da Lei 9.656/98, prevê área de abrangência que exclui a cidade (São Carlos) em que localizada a clínica cuja internação busca a Recorrida;

b) haviam dois centros médico-hospitalares aptos para o tratamento da Recorrida dentro de referida área de abrangência;

c) o perito judicial afirmou que 'os outros dois locais citados (que são credenciados junto à Recorrente e se localizam dentro da área de cobertura do plano de saúde) são especializados em psiquiatria. Não somente na doença da autora, mas em psiquiatria como um todo. E não há impedimento algum para que ali se realize um trabalho de igual eficiência, sem trazer prejuízos';

d) não houve pedido, por parte da Recorrida, ou de sua

família, de internação na área de abrangência do contrato, ou mesmo na clínica em que a mesma veio a se internar de forma particular;" (fl. 518 e-STJ).

Sem as contrarrazões e inadmitido o recurso na origem, sobreveio o presente agravo, no qual se busca o processamento do apelo nobre.

É o relatório.

DECIDO.

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

De fato, observa-se que o tribunal de origem rejeitou os declaratórios sem se manifestar de forma clara a respeito de questões tratadas pela recorrente em seu recurso, notadamente, acerca dos seguintes pontos:

"(...)

a) o contrato sub judice, na forma permissiva do art. 16, X da Lei 9.656/98, prevê área de abrangência que exclui a cidade (São Carlos) em que localizada a clínica cuja internação busca a Recorrida;

b) haviam dois centros médico-hospitalares aptos para o tratamento da Recorrida dentro de referida área de abrangência;

c) o perito judicial afirmou que 'os outros dois locais citados (que são credenciados junto à Recorrente e se localizam dentro da área de cobertura do plano de saúde) são especializados em psiquiatria. Não somente na doença da autora, mas em psiquiatria como um todo. E não há impedimento algum para que ali se realize um trabalho de igual eficiência, sem trazer prejuízos';

d) não houve pedido, por parte da Recorrida, ou de sua família, de internação na área de abrangência do contrato, ou mesmo na clínica em que a mesma veio a se internar de forma particular;" (fl. 518 e-STJ).

O atual artigo 1.022, parágrafo único, II, do CPC/2015 (art. 535 do CPC/1973), fazendo referência ao artigo 489, § 1º, IV, do CPC/2015, determina que é omissa a decisão que *"não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador"*.

Assim, não tendo enfrentado o tribunal de origem questão necessária ao deslinde da controvérsia, resta impossibilitado o acesso à instância extrema, cabendo à parte vencida invocar, como no caso, a transgressão ao art. 1.022, do CPC/2015 para anular o acórdão recorrido para suprir a contradição existente.

Superior Tribunal de Justiça

A propósito:

"PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO DO ART. 1022 DO CPC/2015. OMISSÃO. NULIDADE DO JULGADO. RETORNO DOS AUTOS. NECESSIDADE.

1. Existindo na petição recursal alegação de ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015, a constatação de que o Tribunal de origem, mesmo após a oposição de Embargos Declaratórios, não se pronunciou sobre pontos essenciais ao deslinde da controvérsia autoriza o retorno dos autos à instância ordinária para novo julgamento dos aclaratórios opostos.

2. Nesse contexto, deve ser dado provimento ao Recurso Especial a fim de que os autos retornem ao Tribunal de origem para que este se manifeste sobre a matéria articulada nos Embargos de Declaração, em face da relevância da omissão apontada.

3. Recurso Especial provido, determinando o retorno dos autos à Corte de origem, para novo julgamento dos Embargos de Declaração" (REsp 1.642.708/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/02/2017, DJe 17/04/2017).

Ante o exposto, conheço do agravo para dar provimento ao recurso especial, a fim de determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem para que seja apreciada a matéria suscitada nos declaratórios de fls. 556/562 e-STJ, como entender de direito.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 20 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator